



**Excelentíssimo Senhor  
Vilmar Maccari  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco**

O vereador **Fabricio Preis de Mello - PSD**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresenta para a apreciação do duto plenário e solicita apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

### **PROJETO DE LEI Nº 138/2019**

Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**Art. 1º** Fica criado o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, na rede municipal de saúde do Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** O programa tem como objetivo garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração, às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.

**Art. 3º** O Município de Pato Branco deverá contar com equipes multidisciplinares compostas por profissionais da medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional e assistência social para desenvolvimento do programa e correto tratamento das sequelas.

**Art. 4º** O Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, garantirá:

- I- Tratamento médico adequado nas emergências;
- II- Tratamento ininterrupto orientado por médicos especialistas em Acidente Vascular Cerebral - AVC;
- III- Exames periódicos;
- IV- Tratamento psicológico à vítima de Acidente Vascular Cerebral - AVC e apoio à sua família;
- V- Acesso universal a medicamentos, fraldas geriátricas, alimentação enteral, cadeira de banho, cadeira de rodas e andador.
- VI- Local e equipamentos adequados para a realização de fisioterapia e outros atendimentos;
- VII- Orientação de grupos terapêuticos de apoio;





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



VIII- Orientação social, previdenciária e trabalhista para as vítimas e sua família;

IX- Capacitação de agentes municipais de saúde para atender à demanda;

**Art. 5º** O Município poderá criar unidades de atendimento especializado às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

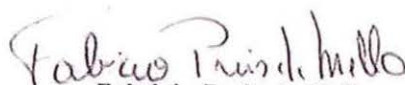
**Art. 6º** Com a finalidade de desenvolver e aprimorar pesquisa sobre o Acidente Vascular Cerebral - AVC, o Município poderá realizar programas de intercâmbio e cooperação técnica com universidades, hospitais e outras entidades que se dediquem ao estudo e tratamento do assunto.

**Art. 7º** O programa deverá promover campanhas educativas, com a elaboração de cartilhas e material informativo (com sintomas, formas de prevenção e tratamento), destinados às vítimas do Acidente Vascular Cerebral e à população em geral.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 26 de abril de 2019.

  
Fabricio Preis de Mello  
Vereador – PSD







## JUSTIFICATIVA

O AVC (Acidente Vascular Cerebral) é a maior causador de mortes no Brasil. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde, a cada 5 minutos, uma pessoa morre em decorrência de AVC no Brasil, totalizando mais de 100.000 (cem mil) óbitos por ano.

A doença é também, a principal causadora de incapacidade em adultos em todo o mundo. A cada ano, retira do mercado de trabalho milhares de brasileiros e os deixa restritos a uma cama, incapacitados de andar, tomar banho ou comer sem ajuda. Cerca de 70% dos pacientes não retornam ao trabalho e mais de 50% ficam com sequelas graves e dependentes de outras pessoas para as atividades básicas da vida diária.

O Acidente Vascular Cerebral (AVC), também conhecido como "derrame", pode ser definido como o surgimento de um déficit neurológico súbito, causado por um problema nos vasos sanguíneos do sistema nervoso central. Normalmente o AVC é dividido em 2 tipos: o AVC Isquêmico e o AVC Hemorrágico:

- AVC Isquêmico: ocorre pela obstrução ou diminuição brusca do fluxo sanguíneo em uma artéria cerebral causando falta de circulação no seu território vascular. Pode ser classificado em 3 subtipos: AVC Trombótico, AVC Embólico e AVC Lacunar.

- AVC Hemorrágico: o acidente vascular cerebral hemorrágico é causado pela ruptura espontânea (não traumática) de um vaso, com extravasamento de sangue para o interior do cérebro (hemorragia intracerebral), para o sistema ventricular (hemorragia intraventricular) e/ou espaço subaracnóideo (hemorragia subaracnóide).

Apesar de ser a doença que mais mata os brasileiros e a principal causa de incapacidade no mundo, o AVC ainda é negligenciado. A população não sabe reconhecer os sintomas, não sabe que atitude tomar na vigência do quadro agudo, não conhece seus fatores de risco e adere mal à sua prevenção.

O AVC se apresenta subitamente com variados sintomas: fraqueza ou dormência de um lado do corpo; dificuldade para falar ou entender; perda súbita da visão; dificuldade de coordenação; cefaleia explosiva. Estes sintomas iniciais devem ser encarados como o anúncio de uma tragédia. O paciente com AVC que não procura atendimento médico emergencial corre o sério risco de falecer ou ficar sequelado para sempre. Infelizmente, estes sintomas de alerta são ignorados pela população, que acaba buscando socorro médico no(s) dia(s) posterior(es), quando resta muito pouco a ser feito.

Como o acidente vascular cerebral é uma emergência médica, o paciente deve ser encaminhado imediatamente para atendimento hospitalar. A utilização de alguns medicamentos, entre eles os trombolíticos, podem diminuir a extensão dos danos. A cirurgia pode ser indicada para retirar o coágulo ou êmbolo (endarterectomia), aliviar a pressão cerebral ou revascularizar veias ou artérias comprometidas.

Infelizmente, as células cerebrais não se regeneram e também inexistente tratamento que possa recuperá-las. No entanto, existem recursos terapêuticos capazes de ajudar a restaurar funções, movimentos e fala e, quanto antes começarem a ser aplicados, melhores serão os resultados. A rapidez e a organização no atendimento







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



4

desta doença, além da utilização de protocolos e medicações específicas, diminuem a mortalidade e minimizam as sequelas. Apesar disto, poucos hospitais no Brasil estão preparados para este atendimento.

Estudos comprovam que a existência de unidades de AVC (que são enfermarias com equipe interdisciplinar treinada e capacitada para o atendimento da doença), diminuem a mortalidade e a incapacidade com um conjunto de ações simples e objetivas, como evitar febre, evitar queda da oxigenação, evitar aumento ou diminuição excessiva da glicose, mobilizar precocemente o paciente, evitar aspiração com alimentos. Estas unidades tiveram um impacto relevante na redução de mortalidade e sequelas do AVC em países do primeiro mundo.

Apesar destas informações, pouquíssimos hospitais e postos/unidades de saúde no país oferecem este atendimento simples e barato mas que necessita organização e treinamento da equipe. Além disso, para evitar complicações, o tratamento exige um neurologista treinado no atendimento destes pacientes.

Pacientes com AVC se acumulam nas emergências superlotadas do SUS, sem tratamento, com sequelas que poderiam ser evitadas se a doença fosse encarada com mais seriedade.

Por todas estas razões, apresento o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo: implementar um programa de apoio ao paciente com AVC, visando contemplar todos os níveis de atenção: reconhecimento da população, atendimento pré hospitalar, hospitalar, reabilitação e prevenção.

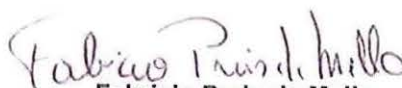
A fase inicial do projeto, deve ser de estruturação da rede de urgência, com unidades de saúde e hospitais sendo capacitados e equipados em toda cidade e interligados pelo SAMU para tratar o AVC conforme as recomendações internacionais.

Também deve ser priorizada a criação e estruturação de redes assistenciais de cuidados contínuos ao paciente com AVC ou com fatores de risco para a doença, que englobem todos os aspectos: educação da população, prevenção primária e secundária, atendimento pré-hospitalar, hospitalar, reabilitação e reintegração social do paciente com AVC. O AVC precisa ser encarado como uma epidemia grave e como uma emergência de saúde pública e não como uma doença qualquer!

Por estas razões, ao aprovar o presente Projeto de Lei, a Câmara Municipal de Pato Branco dará uma importante contribuição para a melhoria no tratamento de saúde das vítimas de AVC em nosso município.

Sem maiores digressões, colocamos o projeto para a discussão e deliberação deste Douto Plenário.

Pato Branco, 26 de abril de 2019.

  
Fabricio Preis de Mello  
Vereador – PSD







*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 138/2019.

Pato Branco, 30/04/2019.

  
Joecir Bernardi - SD  
Presidente



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC



Excelentíssimo Senhor

**VILMAR MACCARI**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco – Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1083/2019



Requer a Secretaria Municipal de Saúde que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 138/2019 de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidentes Vascular Cerebral - AVC.

O Vereador Rodrigo José Correia – PSC no uso de suas atribuições legais e regimentais reitera pedido para que seja oficiada a Secretaria Municipal de Saúde para que se manifeste tecnicamente acerca do Projeto de Lei nº 138/2019 de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidentes Vascular Cerebral - AVC.

Tal manifestação é de suma importância para que este vereador possa analisar a matéria e posteriormente exarar o referido parecer.

Neste termo, pede deferimento.  
Pato Branco, 6 de maio de 2019.

*Rodrigo Correia*  
Rodrigo José Correia  
Vereador – PSC







# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO



OFÍCIO Nº. 238/2019/SMS

Pato Branco, 14 de maio de 2019.

Excelentíssimo Senhor  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal  
Pato Branco – PR

**Assunto: Ofícios 331/345/346/347/348/2019 – Câmara de Vereadores**

Exmo. Sr.

Em atenção aos Ofícios supramencionados, vimos por este informar:

**Requerimento 1051:** Venho por este informar que a Conferência Municipal é de atribuição do Conselho Municipal de Saúde, órgão independente desta Secretaria, ao qual deve-se direcionar a solicitação.

**Requerimento 1075:** A REMUME foi revogada com a publicação da REREME, que segue anexa, junto com as demais solicitações da farmácia.

**Requerimento 1077:** A fundamentação se dá via o próprio Protocolo, posto tratem-se de medicações controladas, de efeito psicotrópico, devendo ter acompanhamento do médico especializado. Inclusive aos usuários do SUS a medicação só é entregue se prescrita por médico especialista. O Protocolo foi elaborado em comissão própria, multidisciplinar (que ratifica o documento, inclusive, composta por membros do Corpo Clínico), e visa, sobretudo, a integridade e saúde mental do paciente (uso racional e seguro) – dentre outras justificativas constantes do próprio documento.

**Requerimento 1078:** Venho por este informar que já realizamos a reunião diretamente com nossos servidores, sendo desnecessário, neste momento, a intermediação desta Casa, posto que sempre estivemos de portas abertas ao diálogo.

**Requerimento 1083:** Encaminho parecer em anexo.

*Pl. nº 138 / 2019.*

Sendo o que se cumpria para o momento, permaneço à disposição.

*Marcia Fernandes de Carvalho*  
**Marcia Fernandes de Carvalho**  
Secretária Municipal de Saúde



# MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

## Secretaria de Saúde

Pato Branco (PR), 27 de maio de 2019.

Memorando nº 47.2019

De: ESF / SMS

Para: Márcia F de Carvalho / Micheli Marcante

Assunto: Resposta ao requerimento Nº 138/2019

PL nº 138/2019

Em resposta ao requerimento Nº 138/2019 Art. 4º VII:

No Município de Pato Branco, já seguimos este programa implantado pelo MS. Seguimos o Manual de rotinas para Atenção ao AVC (do Ministério da Saúde), onde consta protocolos, escalas e orientações aos profissionais de saúde no manejo clínico ao paciente acometido por AVC, permitindo, assim, o alcance da qualificação dos trabalhadores que atuam na “ponta”, fornecendo orientações às equipes multiprofissionais de Saúde especificamente quanto aos cuidados em reabilitação, considerando as alterações físicas, auditivas, visuais, intelectuais e emocionais das pessoas que sofreram AVC.

O Ministério da Saúde já tem implantado diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral (AVC), foi indicada pelo Ministério da Saúde como necessidade para a qualificação do cuidado em reabilitação da pessoa com AVC no âmbito do Sistema Único de Saúde e realizada a partir de discussões com um grupo multiprofissional de especialistas na assistência e pesquisa de diversas regiões do Brasil.

Atenciosamente,

Gracieli Arianj A. Acila

Coord. Atenção Primária

*Gracieli Arianj A. Acila*  
Coord. Atenção Primária  
E-MAIL: gacila@pato-branco.pr.gov.br





**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº. 138/2019**

O Vereador **Rodrigo José Correia – PSC** relator nomeado para exarar parecer ao Projeto de Lei nº 138/2019, vem mui respeitosamente requerer parecer jurídico deste, para que posteriormente possa juntamente com a Comissão de Justiça e Redação analisar a matéria e exarar o referido parecer.

Pato Branco 29 de maio de 2019.

Rodrigo Correia  
**Rodrigo José Correia - PSC**  
**Membro Relator**

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 29-Mai-2019-16:41-058150-1/1





*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**PROCURADORIA JURÍDICA**

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº** 138/2019.

Pato Branco, 30/05/2019.





# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



**Projeto de Lei nº 138/2019**

**Autoria:** Fabricio Preis de Mello (PSD)

## PARECER JURÍDICO

O insigne vereador Fabricio Preis de Mello (PSD) propôs o projeto de lei em epígrafe numerado, que tem o objetivo *dispor sobre a criação do Programa de Apoio às Vítima de Acidente Vascular Cerebral – AVC*.

Nas justificativas faz um longo apanhado sobre a enfermidade, pontuando da importância de ter atendimento específico e direcionado às pessoas que passaram por um AVC.

É o breve resumo. Passa-se, adiante, às razões do presente parecer.

O tema proposto, num primeiro momento, pode ser encarado como tipicamente de interesse local, dentro da abrangência municipal, conforme permissivo constitucional estampado no art. 30, I, da Constituição Federal, embora já haja projeto de lei federal neste sentido.

Neste sentido, ensina Alexandre de Moraes que *“Apesar de difícil conceituação, interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)”*.<sup>1</sup>

E ainda, o mesmo jurista leciona que *“As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, consubstanciando-se em: competência genérica em virtude da predominância do interesse local (CF, art. 30, I)”*.

<sup>1</sup> MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional**. 8ª Ed. São Paulo, Atlas, 2001. P. 685.



# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Outrossim, a Lei Orgânica do Município prevê a garantia do direito à saúde a todos os munícipes, determinando que é dever do Poder Público garanti-lo. Neste sentido, reza o seu art. 124:

**Art. 124** - A saúde é um direito de todos os munícipes e dever do Poder Público Municipal, assegurado mediante políticas que visem à eliminação dos riscos de doenças e outros agravos, que possibilitem o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

No mesmo norte, em seguida a Lei Orgânica do Município estabelece o seguinte:

Art. 126 - São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

- I - planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar os serviços de saúde;
- II - planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde, em articulação com rede estadual;

Neste mesmo norte, no que tange ao direito fundamental de SAÚDE, nossa Constituição Federal de 1988 assim dispõe:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Destarte, tem-se que tanto o constituinte originário de 1988 quanto o legislador municipal enumeraram a saúde como um direito de TODOS e dever do ESTADO, cabendo este (que engloba, no caso, todos os Entes Federativos – União, Estado, Município e Distrito Federal) promover políticas sociais que finalizem a garantia à saúde do cidadão.

Além disso, políticas públicas voltadas à saúde são atribuições do Município, tais como a criação de programas para organizar e gerir os serviços de saúde local. E é justamente isso que pretende o ilustre Edil, ao propor um programa





# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



voltado exclusivamente às pessoas que já sofreram um AVC, proporcionando-lhes tratamentos específicos.

Contudo, por outro lado, é bom frisar que o projeto confere, mesmo que indiretamente, atribuições às Secretarias Municipais, especialmente a de Saúde, o que poderá fundamentar veto prefetorial com base no art. 32, §2º, III, da Lei Orgânica.

No mesmo diapasão, a execução do Programa objeto do projeto de lei certamente acarretará gastos aos cofres públicos, na medida em que determina *equipes multidisciplinares* (art 3º) e garantir *tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração às vítimas de AVC* (art. 2º).

É incontestável que a gestão pública e a política administrativa são de competências exclusivas do Poder Executivo, de tal sorte que, se configurada a ingerência neste campo pelo Legislativo, isso poderia acarretar, sem sombra de dúvida, discussão a respeito da constitucionalidade do respectivo ato de ingerência.

Contudo, por outro lado, é inegável que o objeto da proposição legislativa dos nobres vereadores é de **total interesse público e visa atender o que preconiza a Lei Orgânica do Município**, na medida em que visa dar atenção ao tema.

Deste modo, haveria argumentos suficientes para que o projeto em questão possa ser levado à discussão e deliberação em Plenário.

Contudo, por prudência, antes desta fase do processo legislativo, recomenda-se seja novamente oficiado o Poder Executivo Municipal para que, através da Secretaria Municipal de Saúde, emita sua manifestação técnica e procedimental a respeito da operacionalidade da presente proposição, ou seja, que informe que da forma como proposto no projeto de lei há possibilidade de ser executado.

Destaca-se que a resposta apresentada à fl. 8 apenas dá conta de informar que a Secretaria já adota atendimentos específicos às vítimas de AVC, sem contudo, analisar o conteúdo do projeto em testilha.

Após a resposta do Executivo, os nobres edis terão mais subsídios para a devida discussão e deliberação da matéria.




# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



Desta feita, ante ao acima exposto, exaramos parecer favorável à normal tramitação da matéria, com a ressalva alhures apontada.

Pato Branco, 29 de julho e 2019.

  
**Luciano Beltrame**  
*Procurador Legislativo*

  
**José Renato Monteiro do Rosário**  
*Assessor Jurídico*



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO JOSÉ CORREIA – PSC



Excelentíssimo Senhor

**VILMAR MACCARI**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco – Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1632/2019



Requer a manifestação técnica e procedimental da Secretaria Municipal de Saúde acerca do Projeto de Lei nº 138/2019, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD.

O Vereador **Rodrigo José Correia – PSC** no uso de suas atribuições legais e regimentais requer seja oficiada a Secretaria Municipal de Saúde, para que a mesma se manifeste técnica e procedimentalmente a respeito da operacionalidade da matéria do Projeto de Lei nº 138/2019, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD.

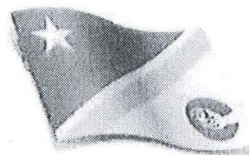
A referida manifestação é de suma importância para que este vereador, juntamente com os demais membros da Comissão de Justiça e Redação, possa analisar a referida matéria exarando na sequência o parecer pertinente.

Neste termo, pede deferimento.  
Pato Branco, 2 de agosto de 2019.

*Rodrigo Correia*  
**Rodrigo José Correia**  
Vereador – PSC







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Gabinete do Vereador Rodrigo José Correia - PSC



Excelentíssimo Senhor

**VILMAR MACCARI**

Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco – Paraná.

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 3572/2019  
Data: 23/10/2019 - Horário: 09:21  
Legislativo - REQ 2284/2019

## REQUERIMENTO Nº 2284/2019



Reiterando: Requer a manifestação técnica e procedimental da Secretaria Municipal de Saúde acerca do Projeto de Lei nº 138/2019, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

O Vereador Rodrigo José Correia – PSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando para que a mesma se manifeste técnica e procedimentalmente a respeito da operacionalidade da matéria do Projeto de Lei nº 138/2019, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

A referida manifestação é de suma importância para que este vereador, juntamente com os demais membros da Comissão de Justiça e Redação, possa analisar a referida matéria exarando na sequência o parecer pertinente.

Neste termo, pede deferimento.

Pato Branco, 22 de outubro de 2019.

*Rodrigo Correia*  
Rodrigo José Correia  
Vereador – PSC



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1534



<http://www.patobranco.pr.leg.br/vereadorrodriogo@patobranco.pr.leg.br>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO



OFÍCIO Nº. 600/2019/SMS

Pato Branco, 12 de novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal  
Pato Branco – PR

**Assunto: Ofício 811/2019 – Câmara de Vereadores**

Exmo. Sr.

Em atenção ao Ofício supramencionado:

**Requerimento 2284:** Considerando o Ofício nº 811/2019, vimos por meio deste fornecer parecer técnico sobre o Projeto de Lei nº 138/2019, que dispõe sobre a criação de Programa de Apoio a Vítimas de Acidente Vascular Cerebral – AVC.

Conforme bem exposto pelo Vereador Fabricio Preis de Mello na justificativa para criação do referido Projeto de Lei, o AVC é um problema de saúde pública de grande magnitude, que acomete grande número de pessoas, levando muitas a óbito e outras, deixando sequelas graves e limitações importantes em suas atividades.

A garantia do tratamento e acesso a estes usuários, que vai desde os atendimentos médicos, exames, reabilitação, medicamentos, apoio, orientação, é indiscutível. Porém torna-se inviável a implantação de equipe multidisciplinar específica para esta patologia. É necessário reforçar que neste sentido o município já conta com equipes multidisciplinares capacitadas para este fim. Atualmente, o município de Pato Branco conta de com 20 Equipes de Saúde da Família, compostas por médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, e, a maioria com equipe de saúde bucal.

O trabalho realizado hoje por estas equipes contempla visitas domiciliares à todos os pacientes acamados ou domiciliados. Todo o paciente com doença crônica incapacitante, recebe visitas programadas pela equipe multidisciplinar, e também os encaminhamentos necessários (fisioterapia clínica ou domiciliar, psicologia, cardiologia, reabilitação em geral, dentre outros).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO



Além disso, o município conta com 2 equipes de NASF (Núcleo ampliado de Saúde da Família), compostos por equipes multiprofissionais com fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, farmacêuticos e educadores físicos.

O NASF presta atendimento à esses pacientes, de acordo com a solicitação das equipes, e o cuidado de cada um é planejado por meio de Projetos Terapêuticos Singulares, que focam nas necessidades de cada indivíduo, de acordo com sua doença física, problemas de ordem social ou psíquica.

O município conta também com Programa de Dietas Especiais, fornecidas em casos de impossibilidade de oferta das necessidades nutricionais dos pacientes por Via Oral, ou a oferta é insuficiente. Através do programa são fornecidas dietas enterais e suplementos nutricionais que possam auxiliar na recuperação destes usuários. A secretaria conta ainda com o Programa de Oxigenioterapia Domiciliar, o Programa de fornecimento de Fraldas Geriátricas, Programa de Ostomias e o Centro de Reabilitação que fornece cadeiras de rodas e banho conforme fluxo do serviço. Estes programas atendem diversos pacientes acamados ou domiciliados que necessitem desses serviços, por meio de fornecimento de insumos e avaliação de necessidades individuais. Estes programas contam com atendimentos nas áreas de nutrição, serviço social, fisioterapia, fonoaudiologia e enfermagem.

Atualmente, o município está com um projeto em elaboração para criação de um Ambulatório de Atenção às Condições Crônicas, através do qual pretende-se, a partir de 2020, prestar atendimento especializado, de acordo com a classificação de risco individual, para pacientes portadores de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, AVC, Obesidade, Problemas cardíacos, dentre outros. Está prevista equipe multidisciplinar para acompanhamento contínuo destes usuários, de forma integrada com a Atenção Primária à Saúde, como forma de suporte especializado aos médicos da Atenção Primária à Saúde, para pacientes de alto risco e de difícil manejo.

A Secretaria de Saúde também pretende implantar o Serviço de Atenção Domiciliar- SAD, Programa "Melhor em Casa" do Ministério da Saúde com equipe multidisciplinar capacitada para acompanhamento de pacientes em internamento domiciliar. Este programa também vem a somar neste sentido.

Desta forma, apesar da grande importância do projeto de Lei acima descrito, a Secretaria Municipal de Saúde entende não ser inviável a implantação de uma equipe multidisciplinar e um serviço somente para usuários vítimas de AVC, quando outras patologias





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO



crônicas podem ser as causas de AVC. Enquanto rede de serviços de saúde precisamos voltar nossos esforços para a redução dos casos de AVC com atenção adequada às Doenças Crônicas Não Transmissíveis, investindo mais na prevenção e fortalecendo as equipes já existentes com capacitação continua neste sentido, fortalecimento do trabalho em rede (desde a Atenção Primária à Saúde até a Rede de Urgência e Emergência), contratação de profissionais os quais ainda são insuficientes no quadro, como fonoaudiologia, terapia ocupacional, e serviço próprio de fisioterapia, com estrutura adequada para reabilitação nestes casos e prestando atendimento com qualidade aos usuários. Tudo isso, é claro, sem deixar de lado o tratamento das pessoas já acometidas.

Como também muito bem pontuado pelo Vereador na justificativa, apesar do AVC matar muitas pessoas e gerar muitas incapacidades a população carece de informação e não adere às mudanças de hábitos necessárias para a prevenção. Muitas vezes ter os serviços disponíveis não é suficiente se os usuários não realizarem seu próprio autocuidado, e isso vai além de oferta de serviços, envolve motivação pessoal, questões sociais, psicológicas e muitos outros fatores.

Acreditamos que hoje o município conta, portanto, com diversos serviços que já atendem os pacientes acometidos por AVC de maneira diferenciada. O aprimoramento pensado para o próximo ano, através do atendimento especializado do ambulatório de doenças crônicas irá somar nesse processo. Sugere-se, portanto que ao invés de criar um serviço de apoio aos pacientes vítimas de AVC, através de equipe específica para estes pacientes, sejam fortalecidos os serviços já existentes, podendo-se manter as demais ações muito pertinentes, elencadas no Projeto de Lei, mas através de protocolos clínicos, fluxos e critérios, com respeito à equidade no SUS.

Sendo o que se cumpria para o momento, permaneço à disposição.

  
**Marcia Fernandes de Carvalho**  
Secretária Municipal de Saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 138/2019.

Pato Branco, 6 de fevereiro de 2020.

  
Fabricio Preis de Mello - PSD  
Presidente

Relator: Amilton

Data: 07/02/2020



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)





Para Departamento Juridico

Estamos encaminhando para este departamento juridico, os projetos de lei 131/2019, Projeto de Lei 71/2019, Projeto de Lei 138/2019, em retorno dos projetos, para nova conclusiva analise juridica dos casos em tela, apos manifestação técnica, e do projeto de lei 09/2019, para Parecer Juridico no referido projeto de lei, e embasamento para emissão deste relator, do Parecer da Comissão de Justiça.

Pato Branco, 11 de fevereiro de 2019

Amilton Maranoski  
Vereador (PV)







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## PROCURADORIA JURÍDICA

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de** lei nº 138/2019.

Pato Branco, 11/02/2020.

\_\_\_\_\_



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)





# Câmara Municipal de Pato Branco

Sede Administrativa: Carlos Almeida



**Projeto de Lei nº 138/2019**

**Autoria:** Fabricio Preis de Mello (PSD)

## PARECER JURÍDICO

O pedido de novo parecer jurídico constante à fl. 21 tem por fundamento a manifestação técnica da Secretaria de Saúde, conforme fls. 17-19.

Contudo, salvo melhor juízo, entendemos que a matéria se encontra bem analisada e exaurida, sob o aspecto jurídico, conforme parecer de fls. 11-14, motivo pelo qual reiteramos os argumentos na oportunidade expendidos.

Aliás, no referido parecer fora destacado que *após a resposta do Executivo, os nobres edis terão mais susídios para a devida discussão e deliberação da matéria*, ou seja, a resposta da Secretaria serviria apenas para amparar os vereadores em Plenário, de sorte que, repisa-se, a matéria já foi bem analisada juridicamente.

O fato de a Secretaria informar que já executa diversas ações relacionadas ao tema pode reforçar, inclusive, a própria aprovação da matéria.

Sem delongas, é o parecer complementar, em uma lauda.

Pato Branco, 21 de julho e 2020.

**Luciano Beltrame**  
Procurador Legislativo

  
**José Renato Monteiro do Rosário**  
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE  
PATO BRANCO

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2340/2020  
Data: 03/08/2020 - Horário: 15:29  
Legislativo - PCRJ 51/2020



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 138/2019

**Autor:** Fabricio Preis de Mello (PSD)

**Relator:** Amilton Maranoski (PL)

#### **Súmula:**

Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às vítimas de Acidente Vascular Cerebral\_ AVC.

#### **RELATÓRIO**

Este projeto de lei 138/2018 que dispõe sobre a criação do programa às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, este programa tem como objetivo garantir o tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, enfermagem e reintegração às vítimas de acidente Vascular Cerebral, além do que vem sendo feito pelo município.

#### **VOTO DO RELATOR**

Após análise do projeto de Lei, pelo interesse público e pela legalidade, optamos por exarar **PARECER FAVORAVEL**, a regular tramitação do mesmo, por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 28 de julho de 2020.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1523



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadoramiltonmaranoski@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadoramiltonmaranoski@patobranco.pr.leg.br)







# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



**Fabricio Preis de Mello – PSD**  
Presidente-

**Joecir Bernardi - PSD**  
Membro

**Amilton Maranoski - PL**  
Membro -Relator

**Rodrigo Correia (PODEMOS)**  
Membro

**Marines Boof Gerhardt - PSDB**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1523



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadoramiltonmaranoski@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadoramiltonmaranoski@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de lei nº 138/2019.

Pato Branco, 4/08/2020.

  
**Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD**  
**Presidente**

**Relator:** Ronalce Moacir Dalchiavan

**Data:** 05/08/2020





**PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



**Matéria:** Projeto de Lei Ordinária nº 138, de 26 de abril de 2019.

**Autoria:** vereador Fabricio Preis de Mello - PSD.

**Súmula:** Dispõe sobre a criação o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**Relatório e análise**

O projeto de Lei em questão, proposto pelo vereador Fabricio Preis de Mello - PSD, tem como objetivo criar no município um programa que visa garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração, às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.

Em sua justificativa, alega o proponente que *apesar de ser a doença que mais mata os brasileiros e a principal causa de incapacidade no mundo, o AVC ainda é negligenciado. A população não sabe reconhecer os sintomas, não sabe que atitude tomar na vigência do quadro agudo, não conhece seus fatores de risco e adere mal à sua prevenção.*

Após análise do projeto em tela, é possível afirmar que a matéria é com certeza de interesse público, uma vez que pretende instituir no município um programa destinado a alertar a comunidade sobre os sintomas do AVC, uma doença que ataca diariamente um grande número de pessoas, ao mesmo tempo em que objetiva ensinar a comunidade a como agir nos momentos em que alguém próximo estiver sofrendo desta doença, o que com certeza poderá salvar muitas vidas.

Por isso, no que diz respeito às atribuições desta Comissão, previstas no Regimento Interno desta Casa de Leis, entendemos que o projeto apresenta conteúdo pertinente e de interesse público.

**Voto**

Sendo assim, diante do exposto e atendendo ao que preceitua ao artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, concluímos por emitir **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do projeto.

Pato Branco, 5 de agosto de 2020.

**Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD**  
Presidente – Relator

  
**Fabricio Preis de Mello - PSD**  
Membro

  
**Claudemir Zanco - PL**  
Membro







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, **o Projeto de Lei nº 138/2019.**

**Pato Branco, 6 de agosto de 2020.**

**Carlinho Antonio Polazzo - DEM**  
**Presidente**

**Relator:**

*Gilson*

**Data:**

*06/08/2020*



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná  
(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1513



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [rozane@patobranco.pr.leg.br](mailto:rozane@patobranco.pr.leg.br)





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**PATO BRANCO**

Gabinete do Vereador Gilson Feitosa

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2538/2020  
Data: 13/08/2020 - Horário: 08:29  
Legislativo - PCOF 117/2020



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 138/2019**

**Proponente:** Fabricio Preis de Mello - PSD

**Relator:** José Gilson Feitosa da Silva – PT

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às vítimas de acidente vascular cerebral - AVC

**RELATÓRIO**

O projeto em questão, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD visa criar o Programa de Apoio às vítimas de acidente vascular cerebral - AVC, a fim de garantir o tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração às vítimas.

Deve ser fornecido pela Administração Municipal o tratamento médico, exames periódicos, acompanhamento psicológico, acesso aos medicamentos, fraldas, alimentação enteral, cadeira de banho, de rodas e andador, equipamentos adequados para fisioterapia, grupos de apoio, orientação social, previdenciária e trabalhista e capacitação de agentes de saúde para atender a demanda.

No bojo do projeto, encontra-se Parecer da Secretaria Municipal de Saúde, o qual informa que já realizam o programa implantado pelo Ministério de Saúde, com Manual de rotina para atenção ao AVC, onde constam protocolos, escalas e orientações aos profissionais da saúde.

E que a criação de equipes multidisciplinares específica para tratar as vítimas de acidente vascular cerebral é inviável. Atualmente as 20 (vinte) equipes já contam com multiprofissionais e que os mesmos já realizam acompanhamento domiciliar, inclusive com o fornecimento de medicamentos, fraldas, alimentação enteral, fisioterapia, dentre outras terapias. Diante de todo o exposto, a sugestão da Secretaria é que sejam fortalecidos os programas e serviços de apoio já existentes.

O Parecer Jurídico dessa Casa de Leis informa que o projeto confere atribuições às Secretarias Municipais, e que diante disso, pode ocorrer veto do Prefeito. Além disso, o Projeto acarretará gastos aos cofres públicos, e portanto, poderia ser



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)





# CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Gabinete do Vereador Gilson Feitosa



discutida sua inconstitucionalidade. Contudo, é nítido o interesse público contido na matéria, e que a mesma pode seguir para deliberação do Plenário, com parecer favorável do jurídico.

## VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto, compreende-se que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 12 de agosto de 2020.

**Carlinho Polazzo**  
Presidente

**José Gilson Feitosa**  
Relator

**Vilmar Maccari**  
Membro



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500 / 3272 - 1532



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br](mailto:vereadorgilsonfeitosa@patobranco.pr.leg.br)







**ATA Nº 14/2020 REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Aos 5 dias do mês de agosto de 2020, às 14h50, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco, reuniram-se os vereadores membros da Comissão de Políticas Públicas Claudemir Zanco - PL, Fabrício Preis de Mello - PSD e Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD (Presidente) e os assessores parlamentares Andrea Barão, Leandro Lamp e Aline Barão, para deliberarem sobre os projetos de competência desta Comissão e que estão sob a relatoria destes vereadores. O Presidente solicitou à assessora Aline Barão para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Na sequência, o Presidente cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos. Após amplo debate, os vereadores concordaram, por unanimidade, em emitir PARECER FAVORÁVEL à tramitação dos seguintes projetos de lei/resolução: **PLO nº 152/2019**, que institui o Estatuto de Segurança Bancária no Município de Pato Branco; **PLO nº 214/2018**, que dispõe sobre a instalação de sistema de emissão de senhas eletrônicas de atendimento nos órgãos da administração pública municipal onde houver atendimento ao público; **PLO nº 138/2019**, que dispõe sobre a criação o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC; **PLO nº 63/2019**, que institui a Semana de Conscientização e Combate à Automedicação no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Pato Branco; **PLC nº 7/2020**, que altera dispositivo da Lei Complementar Municipal nº 01, de 17 de dezembro de 1998, que institui o Código Tributário Municipal, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 21, de 7 de novembro de 2007; e **PR nº 6/2019**, que acresce alínea ao inciso II do art. 1º da Resolução nº 8, de 10 de novembro de 2011, que disciplinou as nomeações para Cargos em Comissão no âmbito do Poder Legislativo Municipal. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 5 de agosto de 2020.

Ronalce Moacir Dalchiavan – PSD  
Presidente

Fabrício Preis de Mello – PSD  
Membro

Claudemir Zanco - PL  
Membro





**PROJETO DE LEI Nº 138/2019**

Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**Art. 1º** Fica criado o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, na rede municipal de saúde do Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** O programa tem como objetivo garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração, às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.

**Art. 3º** O Município de Pato Branco deverá contar com equipes multidisciplinares compostas por profissionais da medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional e assistência social para desenvolvimento do programa e correto tratamento das sequelas.

**Art. 4º** O Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, garantirá:

- I- Tratamento médico adequado nas emergências;
- II- Tratamento ininterrupto orientado por médicos especialistas em Acidente Vascular Cerebral - AVC;
- III- Exames periódicos;
- IV- Tratamento psicológico à vítima de Acidente Vascular Cerebral - AVC e apoio à sua família;
- V- Acesso universal a medicamentos, fraldas geriátricas, alimentação enteral, cadeira de banho, cadeira de rodas e andador.
- VI- Local e equipamentos adequados para a realização de fisioterapia e outros atendimentos;
- VII- Orientação de grupos terapêuticos de apoio;
- VIII- Orientação social, previdenciária e trabalhista para as vítimas e sua família;
- IX- Capacitação de agentes municipais de saúde para atender à demanda.

**Art. 5º** O Município poderá criar unidades de atendimento especializado às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**Art. 6º** Com a finalidade de desenvolver e aprimorar pesquisa sobre o Acidente Vascular Cerebral - AVC, o Município poderá realizar programas de intercâmbio e cooperação técnica com universidades, hospitais e outras entidades que se dediquem ao estudo e tratamento do assunto.







**Art. 7º** O programa deverá promover campanhas educativas, com a elaboração de cartilhas e material informativo (com sintomas, formas de prevenção e tratamento), destinados às vítimas do Acidente Vascular Cerebral e à população em geral.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD.







**LEI Nº 5.585, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.**

Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica criado o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, na rede municipal de saúde do Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** O programa tem como objetivo garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração, às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.

**Art. 3º** O Município de Pato Branco deverá contar com equipes multidisciplinares compostas por profissionais da medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional e assistência social para desenvolvimento do programa e correto tratamento das sequelas.

**Art. 4º** O Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, garantirá:

I- Tratamento médico adequado nas emergências;

II- Tratamento ininterrupto orientado por médicos especialistas em Acidente Vascular Cerebral - AVC;

III- Exames periódicos;

IV- Tratamento psicológico à vítima de Acidente Vascular Cerebral - AVC e apoio à sua família;

V- Acesso universal a medicamentos, fraldas geriátricas, alimentação enteral, cadeira de banho, cadeira de rodas e andador.

VI- Local e equipamentos adequados para a realização de fisioterapia e outros atendimentos;

VII- Orientação de grupos terapêuticos de apoio;

VIII- Orientação social, previdenciária e trabalhista para as vítimas e sua família;

IX- Capacitação de agentes municipais de saúde para atender à demanda.

**Art. 5º** O Município poderá criar unidades de atendimento especializado às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**Art. 6º** Com a finalidade de desenvolver e aprimorar pesquisa sobre o Acidente Vascular Cerebral - AVC, o Município poderá realizar programas de intercâmbio e cooperação





técnica com universidades, hospitais e outras entidades que se dediquem ao estudo e tratamento do assunto.

**Art. 7º** O programa deverá promover campanhas educativas, com a elaboração de cartilhas e material informativo (com sintomas, formas de prevenção e tratamento), destinados às vítimas do Acidente Vascular Cerebral e à população em geral.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 15 de setembro de 2020.



**Moacir Gregolin**  
Presidente



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO  
LEI Nº 5.585, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, narede municipal de saúdedo Município de Pato Branco, Paraná.

**Art. 2º** O programa tem como objetivo garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração, às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.

**Art. 3º** O Município de Pato Branco deverá contar com equipes multidisciplinares compostas por profissionais da medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional e assistência social para desenvolvimento do programa e correto tratamento das sequelas.

**Art. 4º** O Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, garantirá:

- I - Tratamento médico adequado nas emergências;
- II- Tratamento ininterrupto orientado por médicos especialistas em Acidente Vascular Cerebral - AVC;
- III- Exames periódicos;
- IV- Tratamento psicológico à vítima de Acidente Vascular Cerebral - AVC e apoio à sua família;
- V- Acesso universal a medicamentos, fraldas geriátricas, alimentação enteral, cadeira de banho, cadeira de rodas e andador.
- VI- Local e equipamentos adequados para a realização de fisioterapia e outros atendimentos;
- VII- Orientação de grupos terapêuticos de apoio;
- VIII- Orientação social, previdenciária e trabalhista para as vítimas e sua família;
- IX- Capacitação de agentes municipais de saúde para atender à demanda.

**Art. 5º** O Município poderá criar unidades de atendimento especializado às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

**Art. 6º** Com a finalidade de desenvolver e aprimorar pesquisa sobre o Acidente Vascular Cerebral - AVC, o Município poderá realizar programas de intercâmbio e cooperação técnica com universidades, hospitais e outras entidades que se dediquem ao estudo e tratamento do assunto.

**Art. 7º** O programa deverá promover campanhas educativas, com a elaboração de cartilhas e material informativo (com sintomas, formas de prevenção e tratamento), destinados às vítimas do Acidente Vascular Cerebral e à população em geral.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Fabrício Preis de Mello - PSD.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 15 de setembro de 2020.

**MOACIR GREGOLIN**  
Presidente

Publicado por:  
Eliana Scariot Amorim  
Código Identificador:4540E2BC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 16/09/2020. Edição 2097  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



# Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 7724 | Pato Branco, 16 de setembro de 2020

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ASSOCIADOS

### Assimilado Geral Ordinário

O INSTITUTO DE SAÚDE SÃO LUCAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.092.615/0001-05, com sede na Rua Dr. Silvio Vidal, 67, Pato Branco - Paraná, FAZ SABER aos associados da referida empresa que no dia **29 de setembro de 2020 às 16h15min** em primeira convocação com 2/3 dos associados aptos a votar e **15h15min** horas em segunda convocação com o mínimo de 10 membros associados aptos a votar. O local da A.G.O. será presencial no Auditório do Hospital São Lucas de Pato Branco e também por videoconferência através de aplicativo, com a seguinte pauta: A) Eleição Conselho Fiscal B) Eleição Conselho de administração C) Eleição direção executiva e D) Outros assuntos.

Dr. João Petry  
Diretor Presidente



O presidente do Poder Legislativo, Moacir Gregolin, e a Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convidam para participar da transmissão da

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVA AO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2020, DIA 25 DE SETEMBRO, ÀS 18H00MIN.

Fortaleça e foque seu questionamento ou sugestão através das nossas redes sociais, pelo e-mail: [atendimento@patobranco.pr.leg.br](mailto:atendimento@patobranco.pr.leg.br) ou pelo telefone (46) 3272-1500

Assista a transmissão ao vivo em nossos canais:

@comorapb @camaropb <http://patobranco.pr.leg.br>

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 106/2019

Das partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ nº 78.898.195/0001-45 e GOVERNADORABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, CNPJ nº 00.155.900/0001-01. Do objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº 106/2019, de 13 de novembro de 2019, nos termos do art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666/1993. Do motivo: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata o item 1.1 da Cláusula Primeira, nada mais tendo a redimir uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido. Do foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, Local, data e assinatura: Pato Branco, 14 de setembro de 2020. Moacir Gregolin - Contratante e Tiago Rubens Busatta - Contratado.

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 77/2017

Das partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ nº 78.898.195/0001-45 e GOVERNADORABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, CNPJ nº 00.155.900/0001-01. Do objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº 77/2017, de 30 de março de 2017, nos termos do art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666/1993. Do motivo: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata o item 1.1 da Cláusula Primeira, nada mais tendo a redimir uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido. Do foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, Local, data e assinatura: Pato Branco, 14 de setembro de 2020. Moacir Gregolin - Contratante e Tiago Rubens Busatta - Contratado.

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 76/2016

Das partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ nº 78.898.195/0001-45 e GOVERNADORABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, CNPJ nº 00.155.900/0001-01. Do objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº 76/2016, de 12 de dezembro de 2016, nos termos do art. 79, II, da Lei Federal nº 8.666/1993. Do motivo: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata o item 1.1 da Cláusula Primeira, nada mais tendo a redimir uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido. Do foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, Local, data e assinatura: Pato Branco, 14 de setembro de 2020. Moacir Gregolin - Contratante e Tiago Rubens Busatta - Contratado.

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020

Das partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ nº 78.898.195/0001-45 e GOVERNADORABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, CNPJ nº 00.155.900/0001-01. Do objeto: Cessão de licença de uso de softwares por prazo determinado, compreendendo atualizações, suporte técnico, treinamento, atendimento e suporte técnico, treinamento básico, implantação e assessoria e consultoria. Do valor: Será pago o valor mensal, certo e ajustado, de R\$ 7.424,23 (sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos), relativo à cessão de licença de uso dos softwares. O presente Contrato compreende, ainda, os valores totais estimados para o período de 12 (doze) meses de R\$ 2.437,50 (dois mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 2.110,00 (dois mil, cento e dez reais) relativos aos serviços de atendimento e consultoria, respectivamente. Da vigência: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando em 15 de setembro de 2020. Da multa: R\$ 3.350,41 (três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos). Do foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, Local, data e assinatura: Pato Branco, 14 de setembro de 2020. Moacir Gregolin - Contratante e Tiago Rubens Busatta - Contratado.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2020

### CONVOCAÇÃO DO CONSELHO FISCAL 025/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o Conselho Fiscal, para se reunir no dia 25 de setembro de 2020, às 18h00min, para a realização da reunião de trabalho, com o objetivo de discutir e aprovar o Relatório de Gestão da Administração Municipal de 2020, conforme disposto no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993. Do foro: Fica eleito o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, Local, data e assinatura: Pato Branco, 14 de setembro de 2020. Moacir Gregolin - Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco.

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

Conselheiro Fiscal - Américo

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

### LEI Nº 5.585, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 1º da art. 34, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC na rede municipal de saúde do Município de Pato Branco.

Art. 2º O programa tem como objetivo: garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.

Art. 3º O Município de Pato Branco deverá contar com equipes multidisciplinares compostas por profissionais da medicina, enfermagem, fonoaudiologia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional e assistência social para desenvolvimento do programa e controle tratamento das sequelas.

Art. 4º O Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, garantirá:

I - Tratamento médico adequado nas emergências;

II - Tratamento multidisciplinar orientado por médicos especialistas em Acidente Vascular Cerebral - AVC;

III - Exames periódicos;

IV - Tratamento psicológico às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC e apoio à sua família;

V - Acesso universal a medicamentos, fraldas geriátricas, alimentação especial, cadeira de banho, cadeira de rodas e andador;

VI - Local e equipamentos adequados para a realização de fisioterapia e outros atendimentos;

VII - Orientação de grupos terapêuticos de apoio;

VIII - Orientação social, previdenciária e trabalhista para as vítimas e sua família;

IX - Capacitação de agentes municipais de saúde para atender à demanda;

Art. 5º O Município poderá criar unidades de atendimento especializado às vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC.

Art. 6º Com a finalidade de desenvolver e aprimorar pesquisa sobre o Acidente Vascular Cerebral - AVC, o Município poderá realizar programas de intercâmbio e cooperação técnica com universidades, hospitais e outras entidades que se dediquem ao estudo e tratamento do assunto.

Art. 7º O programa deverá promover campanhas educativas com a elaboração de cartilhas e material informativo (como cartilhas, folhetos de prevenção e tratamento), destinados às vítimas de Acidente Vascular Cerebral e à população em geral.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Fabiano Pires de Melo - PSD.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 15 de setembro de 2020.

Moacir Gregolin  
Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

### PORTARIA Nº 40, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto contido na alínea "a", do inciso XXX, do artigo 31 da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno);

Considerando a Lei nº 1.245, de 17 de setembro de 1993 (Regime Jurídico dos servidores públicos);

Considerando a Lei nº 5.050, de 6 de dezembro de 2017 (Estrutura organizacional administrativa);

Considerando a Lei nº 4.057, de 28 de junho de 2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos);

Considerando a restatística documental de vacância de cargo efetivo prevista no inciso IV, do art. 6º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19) altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020, e dá outras providências;

Considerando a restatística prevista na alínea "c", do inciso V, do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições;

Considerando o Edital de Concurso Público nº 1, de 10 de outubro de 2018;

### RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado para o cargo de Técnico Legislativo II, obedecida a ordem de classificação final relacionada no Edital de Homologação Final nº 7, de 6 de fevereiro de 2019 e observado o Edital de Convocação nº 4, de 9 de setembro de 2020.

NOME	C.P.F.	CARGO
RODRIGO SARTOR MAYER	004.021.049-94	TÉCNICO LEGISLATIVO II

Art. 2º A posse do servidor relacionado, assim como a investidura no respectivo cargo, ocorrerá no dia 15 de setembro de 2020, na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Pato Branco e cumpridas todas as formalidades legais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2020.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pato Branco, aos 15 dias do mês de setembro de 2020.

Moacir Gregolin  
Presidente

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL 025/2020, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 18H00MIN, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR E APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE 2020, CONFORME DISPOSTO NO ART. 25 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

NOME	ASSINATURA	ASSINATURA
Moacir Gregolin - Presidente	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]
Américo - Conselheiro Fiscal	[Assinatura]	[Assinatura]

Por força do art. 18 da Lei nº 12.526, de 2012, o presente documento é assinado digitalmente pelo Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Moacir Gregolin, e pelo Secretário de Administração, Tiago Rubens Busatta.



## ERRATA RESOLUÇÃO Nº 008/2020 de 10 de setembro de 2020

Ordem Nº 158, pessoa jurídica para Equipamentos R\$ 30.000,00, Pessoa Jurídica para Materiais, bem ou serviço para distribuição Gratuito R\$ 34.431,84.

Ordem Nº 159, pessoa jurídica para Equipamentos R\$ 30.000,00, Pessoa Jurídica para Materiais, bem ou serviço para distribuição Gratuito R\$ 28.715,53.

PORTARIA Nº 115/2020 de 15 de SETEMBRO de 2020

Conceder plantões para o atendimento público de cargo dos servidores: Antônio de Araújo, Ana Paula Schmitt Spindler, Eliza Cristina Reiter, Marcelo Antônio da Veiga e Valter Peres.

AVISO DE LICITAÇÃO FRUSTRADA PRESENCIAL Nº 38/2020, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

Torna pública que o Pregão Presencial nº 38/2020, do tipo Menor preço por item, restou FRUSTRADO devido à inabilitação de todas as empresas participantes.

A publicação na íntegra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.patobranco.pr.leg.br>, seção de 16 de SETEMBRO de 2020, conforme a Lei Autorizadora nº 017 de 07 de junho de 2019.

## MUNICÍPIO DE SAUÍDE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ

### CONVOCAÇÃO E LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2020

O Prefeito do Município de Saúde do Iguaçu, Estado do Paraná, MAURO CESAR CENCI no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, EMOLOGAÇÃO e Procedimento Tomada de Preço nº 010/2020, referente à Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de 1.131,57 m² e ampliação de 6.078 m², do pavilhão do Centro Comunitário de Luta Legal de acordo com a Lei Nº 13.441/18, conforme projeto e memorial descritivo anexo ao Edital, ANOTANDO o objeto da Licitação a empresa CONSTRUTORA BRAGATO EIRELI, CNPJ Nº 02.374.264/0001-00, LOTE 01 - R\$ 249.015,82 (duzentos e quarenta e nove mil, eoitocentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos).

Saúde do Iguaçu, 15 de setembro de 2020.

MAURO CESAR CENCI  
Prefeito Municipal

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e o Sr. Fabricio Kerber, na modalidade de incubado residente, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná, da sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos, conforme solicitação apresentada no protocolo 422508/2020. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Cláusula Oitava, Inciso I e II do Termo de Permissão de Uso nº 130/2018, bem como Art. 20 do Regulamento Interno da Incubadora e Decreto Municipal nº 7865/2015, solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 meses, ou seja, até 11 de setembro de 2021. Do Aumento de Espaço Físico: Com base na Cláusula Décima Terceira, do Termo original, bem como solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ser 50 m², sendo que o valor base para pagamento é 2 UFM's - a cada 25 m² - assim, o valor a ser pago mensalmente será de 4 UFM's, conforme Cláusula Sexta, inciso I. Permanecerem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 11 de setembro de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Fabricio Kerber - Permissário.

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e o Sr. Fabricio Kerber, na modalidade de incubado residente, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná, da sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos, conforme solicitação apresentada no protocolo 422508/2020. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Cláusula Oitava, Inciso I e II do Termo de Permissão de Uso nº 130/2018, bem como Art. 20 do Regulamento Interno da Incubadora e Decreto Municipal nº 7865/2015, solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 meses, ou seja, até 11 de setembro de 2021. Do Aumento de Espaço Físico: Com base na Cláusula Décima Terceira, do Termo original, bem como solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ser 50 m², sendo que o valor base para pagamento é 2 UFM's - a cada 25 m² - assim, o valor a ser pago mensalmente será de 4 UFM's, conforme Cláusula Sexta, inciso I. Permanecerem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 11 de setembro de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Fabricio Kerber - Permissário.

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e o Sr. Fabricio Kerber, na modalidade de incubado residente, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná, da sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos, conforme solicitação apresentada no protocolo 422508/2020. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Cláusula Oitava, Inciso I e II do Termo de Permissão de Uso nº 130/2018, bem como Art. 20 do Regulamento Interno da Incubadora e Decreto Municipal nº 7865/2015, solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 meses, ou seja, até 11 de setembro de 2021. Do Aumento de Espaço Físico: Com base na Cláusula Décima Terceira, do Termo original, bem como solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ser 50 m², sendo que o valor base para pagamento é 2 UFM's - a cada 25 m² - assim, o valor a ser pago mensalmente será de 4 UFM's, conforme Cláusula Sexta, inciso I. Permanecerem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 11 de setembro de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Fabricio Kerber - Permissário.

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e o Sr. Fabricio Kerber, na modalidade de incubado residente, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná, da sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos, conforme solicitação apresentada no protocolo 422508/2020. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Cláusula Oitava, Inciso I e II do Termo de Permissão de Uso nº 130/2018, bem como Art. 20 do Regulamento Interno da Incubadora e Decreto Municipal nº 7865/2015, solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 meses, ou seja, até 11 de setembro de 2021. Do Aumento de Espaço Físico: Com base na Cláusula Décima Terceira, do Termo original, bem como solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ser 50 m², sendo que o valor base para pagamento é 2 UFM's - a cada 25 m² - assim, o valor a ser pago mensalmente será de 4 UFM's, conforme Cláusula Sexta, inciso I. Permanecerem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 11 de setembro de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Fabricio Kerber - Permissário.

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e o Sr. Fabricio Kerber, na modalidade de incubado residente, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná, da sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos, conforme solicitação apresentada no protocolo 422508/2020. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Cláusula Oitava, Inciso I e II do Termo de Permissão de Uso nº 130/2018, bem como Art. 20 do Regulamento Interno da Incubadora e Decreto Municipal nº 7865/2015, solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 meses, ou seja, até 11 de setembro de 2021. Do Aumento de Espaço Físico: Com base na Cláusula Décima Terceira, do Termo original, bem como solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ser 50 m², sendo que o valor base para pagamento é 2 UFM's - a cada 25 m² - assim, o valor a ser pago mensalmente será de 4 UFM's, conforme Cláusula Sexta, inciso I. Permanecerem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 11 de setembro de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Fabricio Kerber - Permissário.

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e o Sr. Fabricio Kerber, na modalidade de incubado residente, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo condições de permissão de uso a título precário, de espaço físico nas dependências da IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná, da sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos, e de suas obrigações e direitos, conforme solicitação apresentada no protocolo 422508/2020. ADITAMENTO: Do Prazo: Com base na Cláusula Oitava, Inciso I e II do Termo de Permissão de Uso nº 130/2018, bem como Art. 20 do Regulamento Interno da Incubadora e Decreto Municipal nº 7865/2015, solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 12 meses, ou seja, até 11 de setembro de 2021. Do Aumento de Espaço Físico: Com base na Cláusula Décima Terceira, do Termo original, bem como solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, as partes pactuam o aumento de espaço para execução dos serviços do incubado, objetivando assim, a alavancagem operacional. Sendo assim, o espaço que atualmente conta com 25 m², passa a ser 50 m², sendo que o valor base para pagamento é 2 UFM's - a cada 25 m² - assim, o valor a ser pago mensalmente será de 4 UFM's, conforme Cláusula Sexta, inciso I. Permanecerem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 11 de setembro de 2020. Augustinho Zucchi - Prefeito. Fabricio Kerber - Permissário.

Extrato Termo de Aditamento nº 02/2020 - Contrato nº 130/2018.GP. Dispensa nº 76/2018. PARIÉS: Município de Pato Branco e Fabricio Kerber. OBJETO: O credenciamento de pessoas físicas, individualmente ou em grupo, objetivando selecionar projetos para incubação na IIECBPBR - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Pato Branco/Paraná - cujos produtos, processos ou serviços de pesquisa priorizados pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI, e





Ofício nº 603/2020-DL

Pato Branco, 15 de setembro de 2020.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia da **LEI Nº 5.585, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020**, de autoria do Vereador Fabricio Preis de Mello - PSD, que dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, promulgada pelo Presidente da Câmara, Vereador Moacir Gregolin.

Respeitosamente.

  
**Moacir Gregolin**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**Augustinho Zucchi**  
Prefeito Municipal  
Pato Branco – Paraná



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)





**PLO 138/2019 - Projeto de Lei Ordinária**

**Ementa:** Dispõe sobre a criação do Programa de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC. (O programa tem como objetivo garantir tratamento, acesso a exames, medicamentos, assistência, informação, orientação, reabilitação e reintegração, às vítimas de Acidente Vascular Cerebral. O Município de Pato Branco deverá contar com equipes multidisciplinares compostas por profissionais da medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, nutrição, terapia ocupacional e assistência social para desenvolvimento do programa e correto tratamento das sequelas)

**Autor:** Fabricio Preis de Mello - PSD

**Protocolo:** 1282/2019 **Data Entrada:** 26 de abril de 2019

**Leitura em Plenário:** 29 de abril de 2019

**Parecer Comissão de Justiça e Redação**

**Distribuído em:** 30 de abril de 2019

**Relator:** Rodrigo José Correia - Podemos

**Solicitado Parecer Jurídico em:** 29 de maio de 2019

**Emitido em:** 29 de julho de 2019.

**Redistribuído em:** 6 de fevereiro de 2020

**Relator:** Amilton Maranoski - PL

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 3 de agosto de 2020

**Parecer Comissão de Políticas Públicas**

**Distribuído em:** 4 de agosto de 2020

**Relator:** Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 6 de agosto de 2020

**Parecer Comissão Orçamento e Finanças**

**Distribuído em:** 6 de agosto de 2020

**Relator:** José Gilson Feitosa da Silva – PT

**Data Anexação do Parecer Favorável:** 13 de agosto de 2020

**VOTAÇÃO SIMPLES**

**PRIMEIRA VOTAÇÃO:** 17 de agosto de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PL assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**SEGUNDA VOTAÇÃO:** 19 de agosto de 2020 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski - PL, Carlinho Antonio Polazzo – DEM, Claudemir Zanco - PL, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt - PSDB, Rodrigo José Correia - Podemos, Ronalce Moacir Dalchiavan - PSD e Vilmar Maccari - Podemos.

\* O Vereador Amilton Maranoski - PV assumiu (30/10/2019) a vaga do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD, em razão da extinção de seu mandato, conforme Ato da Mesa nº 1/2019.

**REDAÇÃO FINAL:** Ofício nº 496/2020/DL, de 20 de agosto de 2020.

**PROMULGAÇÃO:** Lei nº 5585, de 15 de setembro de 2020 - Promulgada pelo Presidente Moacir Gregolin. Ofício encaminhando cópia ao Prefeito: 603/2020/DL, datado de 15 de setembro de 2020.

**PUBLICAÇÃO:** Publicada na página B1 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7724, de 16 de setembro de 2020 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 16/9/2020. Edição nº 2097.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / [legislativo@patobranco.pr.leg.br](mailto:legislativo@patobranco.pr.leg.br)

